

1.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas

21.06.2016

Ponto 1

Prestação de Contas Consolidadas 2015

Dando cumprimento ao estatuído na nova Lei das Finanças Locais, (a Lei 73/2013) que entrou em vigor em janeiro de 2014, a Câmara Municipal de Odivelas apresenta pelo terceiro ano consecutivo a “prestação de contas consolidadas”, desta vez relativas ao ano de 2015, obedecendo a uma imposição legal que decorre da referida lei e que se aplica aos municípios que detêm, para além da Câmara Municipal, empresas municipais ou participam, ainda que em minoria em outras empresas, como é o caso em Odivelas da Odivelas Viva S.A, e, desde Outubro de 2014, os SIMAR. A criação deste novo serviço intermunicipal, dois anos passados do atual mandato, é muito positiva, já que corresponde, não à alienação de responsabilidades por parte desta Câmara Municipal passadas para terceiros, mas a assunção direta das suas responsabilidades na gestão pública partilhada do abastecimento de água e recolha dos resíduos sólidos desde sempre defendida e reivindicada pela CDU.

Esta nova Lei das Finanças Locais, engendrada pelo governo PSD/CDS, é uma lei que reflete e se integra num violento ataque à autonomia do Poder Local Democrático, impondo a perda de autonomia e um permanente garrote financeiro aos municípios, que se traduz em enormes prejuízos e acrescidas dificuldades às autarquias e, em concreto ao município de Odivelas. É disso exemplo a imposição do pagamento do Fundo de Apoio Municipal (FAM), que representa no caso de Odivelas um encargo suplementar de cerca de 440 mil euros /ano, pago em duas prestações e que se tornou um encargo fixo até, pelo menos, 2021.

No entanto, estes constrangimentos, que nunca negámos e contra os quais temos lutado, não podem servir de pretexto para ilibar de responsabilidades o próprio Partido Socialista, que preside à CMO, e que sempre contou com o apoio do PSD, nos conteúdos que concebeu e concretizou, para o Plano de Atividades e Orçamento de 2015 e que estão plasmados na respetiva Prestação de Contas.

O voto contra dos vereadores da CDU a estes instrumentos estruturantes de gestão, significa o profundo distanciamento relativamente às prioridades políticas e financeiras que foram assumidas e que se confirmam estar distantes das respostas que precisariam de ser dadas a partir da gestão municipal, com uma rigorosa e criteriosa distribuição dos recursos financeiros, direcionada para a correção de assimetrias

existentes no concelho e para concretização de muitos projetos que ciclicamente são anunciados e que continuam a não ter concretização à vista.

As bolsas de desigualdade permanecem no Concelho; há escolas que vão passando de orçamento em orçamento sem que sejam construídas ou remodeladas, como por exemplo a EB1 Bernardim Ribeiro de Odivelas, cuja remodelação consta em orçamento desde 2008, mas que é sucessivamente adiada, estando agora prevista para 2017 e 2018; o espaço onde se realiza o mercado da Arroja, a carecer de urgente intervenção, mas vai sendo adiada “*sine die*” impedindo que o local possa efetivamente ser digno do nome de mercado; também em relação aos espaços urbanos, ficam a aguardar “melhores dias” o parque urbano da entrada nascente de Odivelas, a segunda fase do arranjo paisagístico do rio da Costa, ou os terrenos do Complexo do Porto Pinheiro para os quais continua a não existir qualquer projeto de qualificação que permita a sua fruição pela população, designadamente a das Colinas do Cruzeiro.

Este distanciamento relativamente às opções e prioridades políticas motivou o voto contra da CDU, devidamente fundamentado, a cada um desses instrumentos estruturantes, e que teve uma única exceção, o voto favorável da CDU à decisão de criar os SIMAR em 2014, bem como aos respetivos instrumentos de gestão de 2016, porque tal corresponde à solução desde sempre defendida pela CDU para a gestão da água e resíduos sólidos urbanos.

A Prestação de Contas Consolidadas de 2015 reflete assim, integralmente pela primeira vez, o exercício integral de gestão pública dos SIMAR, o que consideramos, naturalmente, muito positivo quer pelo seu significado na defesa da gestão pública, quer pela avaliação da intervenção realizada. Uma intervenção valiosa, que não desvaloriza os enormes desafios que diariamente estão colocados à CMO que, desde Abril último, preside aos SIMAR na concretização de um serviço de qualidade.

A nossa avaliação relativamente ao desempenho dos SIMAR não ignora a herança deixada pelo PS nos SMAS, quer no que concerne ao desinvestimento público nesta importante área, quer quanto aos diversos constrangimentos que permanecem, mas continuaremos a assumir uma postura exigente quanto à necessidade de se concretizar um caminho, de curto, médio e longo prazo alicerçado em mais investimento, correção das diversas insuficiências e melhoria da qualidade desta prestação de serviço público.

E, por isso, em relação ao objetivamente mencionado neste documento quanto aos SIMAR, não podemos deixar de reafirmar o que mencionámos quando da aprovação do documento de prestação de contas de 2015 e que no essencial constam agora do parecer do ROC, na prestação de contas consolidadas.

Mantemos as preocupações em relação à elevada taxa verificada ao nível das perdas de água, que representaram em 2015 cerca de 39% da água entrada no sistema.

Do mesmo modo que, também demos nota que será necessário a valorização de todos os bens cedidos aos SIMAR, nomeadamente ramais, pois não foram valorizados e registados contabilisticamente, nem foi apurada a respetiva amortização anual.

O significado que atribuímos para a população do Concelho, com a criação dos SIMAR, não apaga, nem altera a nossa discordância quanto às opções de fundo que esta Prestação de Contas reflete e que justifica o nosso voto contra.

Como não apaga o facto da anulação do caminho da concessão/privatização da água representar um esforço financeiro para o Município na ordem dos 400 mil euros, em 2016, para indemnizar as empresas concorrentes a esse processo, o que seria completamente evitado se o PS não tivesse inicialmente enveredado por opção de privatização.

Também esta prestação de contas reflete as consequências de soluções de gestão que sempre mereceram a oposição da CDU, porque contrariamente a assunção da responsabilidade direta da CMO na gestão de competências que lhe cabem e são sua responsabilidade:

- Assim aconteceu com a Municipália, cujo processo de extinção em 2014 está refletida nos instrumentos de prestação de contas de 2015, quer por via da internalização dos seus trabalhadores, quer por via do retorno à CMO da gestão de equipamentos e da componente cultural que nunca deveriam ter saído da sua responsabilidade. No caso do Centro Cultural da Malaposta, que deveria ser uma âncora da atividade cultural da Câmara e inserido num projeto global no plano cultural, o seu retorno à “casa mãe” foi “*sol de pouca dura*”, pois, como a maioria que gere esta Câmara decidiu recentemente, o Centro Cultural da Malaposta vai ser concessionado / privatizado por um prazo que poderá ir até cinco anos, se os agentes culturais, o movimento associativo e a população em geral do concelho não se insurgir e obrigar a CMO a reverter todo o processo.

Em matéria de custos indevidos para o erário público, não podemos deixar de referir os encargos com a parceria público-privada que se mantêm e que só em 2015 foram de 2,1 milhões de euros.

Não nos passa despercebido que nesta Prestação de Contas Consolidadas seja dada como perspetiva de evolução avançar com o processo de internalização da empresa Odivelas Viva, tendo como objetivo a extinção da parceria público-privada. Finalmente parece reconhecer-se que esta extinção “... *poderá trazer vantagens significativas, designadamente em termos de redução dos encargos financeiros para a concretização deste objetivo*”.

Estamos em Junho de 2016 e, apesar do PS reconhecer, de forma tímida, que a extinção e renegociação da PPP trará vantagens económicas e financeiras ao município,

continua sem se conhecerem desenvolvimentos concretos e objetivos, que permitam efetivamente reverter e /ou alterar o processo e os encargos sejam minorados.

O anúncio do início de todo o processo da renegociação começou e / ou foi anunciado em finais de 2014 – já lá vai mais de 1 ano e meio -, pelo que em nossa opinião está a tardar e deverá ser acelerado.

A CDU sempre assumiu e defendeu um modelo de construção e de gestão dos equipamentos de forma direta pela CMO, razão pela qual se opôs a esta parceira público-privada que se revela prejudicial para o Município e defendeu a renegociação do protocolo com a Odivelas Viva, visando minorar os prejuízos.

A verdade é que ou por inércia ou falta de efetiva vontade política os custos envolvidos vão aumentando ano após ano, à razão de 2,1 milhões por ano, ou seja no final deste ano serão já cerca de 10,5 milhões os encargos municipais com os contratos de arrendamento desta PPP ruínosa, num processo de engenharia financeira que acarretará encargos diretos e indiretos ao município, aos munícipes e ao erário público até 2036.

Reiteramos, por isso, o nosso voto contra à Prestação de Contas Consolidadas de 2015, ao mesmo tempo que continuaremos a intervir nesta Câmara e fora dela não só pela reposição da autonomia do Poder Local Democrático, como pela garantia de uma gestão municipal no concelho de Odivelas na defesa da intransigente de uma gestão pública ao serviço da população.

Odivelas 21 de Junho de 2016

Os Vereadores da CDU

Maria Fernanda Mateus

Maria Natália Santos